

## 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COLEGIADO DE GESTORES MUNICIPAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Data: 20 de Março de 2018.

Horário: 9:00h as 11:30h

Local: Prefeitura Municipal de Doutor Pedrinho (Rua Brasília, 2 – Centro).

### ORDEM DO DIA

1. Aprovação da memória anterior.
2. Repasse das informações
  - \* Colegiado Estadual de Assistência Social – FECAM
  - \* Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e Câmara Intergestora Bipartite - CIB
3. Avaliação da Roda de Conversa sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes
4. Apresentação de proposta de capacitação sobre Acolhimento Familiar – Serviço de Apiúna, Ascurra e Rodeio.
5. Informes
6. Assuntos gerais.

#### 1 – Aprovação da memória anterior

**Relatores:** Beatriz Padilha

**Descrição:** Sendo que nenhum participante realizou observações referente à memória, a mesma foi aprovada sem alterações.

**Situação:** concluído.

#### 2. . Repasse das informações

\* Colegiado Estadual de Assistência Social – FECAM

**Relatores:** Neide Luzeti Hort e Sandra Beatriz Knopp Fernandes

**Descrição:** Repassado os principais pontos da reunião do COAS Estadual, conforme resumo em anexo.

\* Colegiado Estadual de Gestores Municipais de Assistência Social – COEGEMAS e Câmara Intergestora Bipartite - CIB

**Relatores:** Renata dos Santos Klee e Rafael Jacintho

**Descrição:** - Foi pontuada a situação dos 175 veículos que a princípio eram para ser repassados para a Política de Assistência Social e posteriormente foi decidido repassar para a Secretaria de Segurança Pública.

- Em relação a Lei do Fundo Estadual de Assistência Social foi sinalizada que a mesma está parada na Casa Civil.

- Em 21/03/2018 a Câmara Técnica da CIB vai se reunir para a análise do Pacto e Proposta de Confinanciamento, sendo que o mesmo não foi aprovado na última reunião da CIB. O Estado apresentou a proposta no dia da reunião e os municípios se manifestaram no sentido da necessidade de avaliar a proposta antes da aprovação.

**Situação:** concluído.

### 3. Avaliação da Roda de Conversa sobre os Serviços de Acolhimento para Crianças e Adolescentes

**Relatores:** Beatriz Padilha

**Descrição:** Os municípios de Rio dos Cedros e Pomerode colocaram a sua avaliação negativa em relação à efetividade da roda de conversa. Surgiu novamente a questão da imposição da promotoria em implantar o serviço de acolhimento - abrigo institucional, impondo ao município uma responsabilidade que é do Estado. Sandra Beatriz questionou à Marineusa se o promotor da comarca de Timbó foi contra a implementação do serviço de Acolhimento Familiar. Marineusa relatou que os municípios nem sugeriram a possibilidade de Famílias Acolhedoras, preferiram a casa de abrigo, por não simpatizar com a outra modalidade de serviço. Sandra Beatriz sinalizou que estamos indo na contra mão do posicionamento da FECAM. Voltando na questão da judicialização, Sr. Ernesto colocou que o próprio promotor João Luiz de Carvalho Botega admitiu a falta de conhecimento dos promotores em relação as normativas do SUAS, que depende da procura individual de cada promotor. Beatriz sinaliza a necessidade de responder tecnicamente à promotoria. As posições da promotoria não estão sendo respondidos tecnicamente, apenas aceitado e executado. Patrícia Sasse sinalizou novamente que os municípios estão sofrendo judicialização dos serviços, sendo que temos as normativas do SUAS a serem seguidos. Sugere que seja solicitado à FECAM, ao COEGEMAS e a CIB um posicionamento a respeito. Colocar no documento aos órgãos acima citados que mesmo após a realização da Roda de Conversa muitas questões ainda estão em aberto e que o Estado necessita assumir a regionalização. Sr. Ernesto sugere levar esta questão da judicialização para a pauta da reunião do colegiado de procuradores da AMMVI.

**Encaminhamentos:** Beatriz Padilha estará elaborando e enviando o documento para FECAM, COEGEMAS e CIB solicitando posicionamento em relação a regionalização dos serviços de acolhimento.

**Situação:** em aberto

### 4. Apresentação de proposta de capacitação sobre Acolhimento Familiar – Serviço de Apiúna, Ascurra e Rodeio.

**Relatores:** Beatriz Padilha; Aline Schulz (coordenadora do serviço de Acolhimento Familiar da Comarca de Ascurra); Juliana Damásio dos Reis (orientadora social); Angela Claudino Junkes (assistente Social)

**Descrição:** Beatriz contextualiza de que o tema família acolhedora não foi elencado como prioritário para as capacitações do colegiado no decorrer de 2018, mas coloca ao colegiado a decisão em apoiar ou não o evento idealizado pela equipe do Serviço de Acolhimento Familiar da comarca de Ascurra, passando a fala para as profissionais do Serviço. As técnicas relatam a respeito da proposta desta capacitação que está prevista para o dia 11/05/2018.

Marineusa expressa que o município de Rio dos Cedros não tem interesse em custear capacitação sobre família acolhedora, pois estão custeando uma capacitação sobre abrigo institucional. Beatriz esclarece que os municípios não vão custear o evento sobre família acolhedora. Mas que ela precisa saber se os municípios tem interesse que a AMMVI, através do colegiado de Gestores de Assistência Social, apoie esta iniciativa. O colegiado aprovou a proposta. As inscrições serão realizadas pelo site da AMMVI.

**Situação:** concluído.

### 5. Informes:

\* Beatriz apresentou o site da AMMVI, demonstrando o layout;

\* Sinalizou a respeito dos textos de divulgação que estão sendo encaminhados para os meios de comunicação, ao exemplo dos dois textos que foram divulgados em fevereiro (imprensa de Timbó sobre a Roda de Conversa – Serviços de Acolhimento para criança e adolescente; imprensa da

AMMVI sobre a eleição e posse da nova diretoria do colegiado). Colocou da importância de termos cuidado no momento de elaborar os textos, para fortalecermos o colegiado e a região.

- \* Nomeação dos representantes para o colegiado – Beatriz reforça a importância dos municípios atualizarem as nomeações de seus representantes junto ao colegiado;
- \* Em relação ao questionário sobre os serviços de acolhimento, nem todos municípios responderam;
- \* Em relação aos ofícios sobre demandas para capacitação dos CMASs, apenas três municípios devolveram.

#### 6. Assuntos gerais.

- \* Pauta para a reunião do colegiado de procuradores: Lei 13.431 – sobre Escuta Protegida. Na Comarca de Ascurra os municípios estão com a possibilidade de receber Termo de Ajustamento de Conduta - TAC para fornecerem psicólogos para a realização da escuta protegida/escuta qualificada.
- \* Sr. Ernesto sugere que a FECAM faça um documento orientando os municípios em vincularem administrativamente os Conselhos Tutelares à Secretaria de Administração. Também solicita que a AMMVI (através do colegiado de procuradores) se manifeste em relação a vinculação administrativa do Conselho tutelar e dos grupos tradicionais da Terceira idade. Ernesto e Rafael Jacintho estarão agendando horário com o Secretário administrativo da AMMVI José Rafael para conversarem a respeito desta questão.

OBS: Próxima reunião acontecerá no dia 17/04/2018, no município de Rio dos Cedros.

## **ANEXO 1**

### **Colegiado Estadual de Assistência Social – COAS 27/02/2018**

*Resumo elaborado pela técnica Sandra Beatriz Knopp Fernandes para repasse ao colegiado de gestores da AMMVI*

#### **→ Momento com a presença da EGEM**

Sugestão de capacitação fechada por Associação. Fica mais barato para os municípios do que capacitação aberta e paga por inscrição. Os colegiados podem encaminhar as demandas para capacitações para a EGEM. E a proposta de capacitação fechada também facilita para a EGEM.

Parceria da FECAM com a EGEM em capacitações gratuitas: Exemplo – as Rodas de Conversa

Diretora da EGEM: Claudia

Coordenação de formação: Denise

**→** Discussão da orientação Final do Conselho Tutelar – Dr. João Luiz de Carvalho Botega retomou o documento. No mês de março/2018 o CEDCA estará lançando o documento em forma de cartilha

**→** Atendimento das crianças e adolescentes em férias escolares – competência da Assistência Social e Educação. Em algumas regiões a promotoria está cobrando o atendimento das crianças durante o período de férias (Julho/Dezembro/Janeiro).

Educação: Núcleo de Educação Infantil

Assistência Social: SCFV de 0 a 6 anos de idade

Formar um GT (Colegiado estadual da Assistência Social com o Colegiado Estadual da Educação). Do COAS estarão participando: Janice e Raquel (FECAM); Marlete (AMOSC); Denise (AMAVI); Jaqueline (AMREC).

**→** Conferência dos Direitos da Criança e do Adolescente

Conferências municipais prazo de março a novembro/2018

Posicionamento do COAS Estadual que se apoie apenas a realização de conferências municipais (ou intermunicipais nos municípios de pequeno porte I que sejam próximos) e a conferência Estadual. A FECAM estará elaborando um documento ao CEDCA colocando que não estaremos apoiando as conferências regionais.

**→** Conferência do Idoso

Prazo das municipais até 31/03/2019, mas a FECAM orienta que se realiza as conferências municipais até dez/2018.

**→** Participação nas reuniões do COEGEMAS e CIB

Percebe-se a pouca participação dos Secretários municipais nas reuniões do COEGEMA e CIB, bem como a pouca participação dos secretários nas reuniões de colegiados de algumas regiões. Importante fortalecer a participação dos secretários nos colegiados regionais para depois fortalecer a participação destes no COEGEMAS e CIB

O COAS Estadual estará realizando um comunicado solicitando uma maior participação dos secretários municipais.

➔ **N20 – Prestação de contas do TCE**

O Rafael da AMMVI se disponibilizou em fazer uma fala explicativa a respeito. . Organizar uma roda de conversa em Florianópolis a respeito desta questão com os contadores e técnicos da área da assistência Social. Convidar Marcos e Moises do TCE para participar

➔ **Plano de Educação Permanente do SUAS**

A aprovação deste Plano Municipal terá que ser feita no CMAS. Planos municipais (possibilidade de planos Regionais).

Será uma temática abordada no Seminário Estadual de Assistência Social em maio (Chapecó).

➔ **COEGEMAS – anuidade**

O COEGEMAS está discutindo a possibilidade de cobrar anuidade dos municípios. A Proposta da FECAM é que o COEGEMAS faça o Plano de Ação, levantando as despesas. A FECAM está propondo dela absorver estes custos para que não tenha a necessidade dos municípios pagarem anuidade. A FECAM também sugere uma secretaria executiva para o COEGEMAS (despesas que a FECAM assumiria).

➔ **Lei da Escuta Protegida n. 13.431 de 04 de abril de 2017.**

A partir de Abril/2018 a promotoria estará cobrando a implementação desta lei. Porém os municípios tem muitas dúvidas em relação desta implementação. A FECAM estará solicitando para o DR. João Luiz de Carvalho Botega uma fala esclarecendo algumas questões a respeito da Lei Escuta Protegida.

➔ **Portaria Arquivamento Contábil**

Tem regiões que relataram já terem superada esta discussão. Então a sugestão é que cada associação discuta esta questão na sua região, caso sintam necessidade.

O Colegiado estadual de contadores vai ser reativado e o Rodrigo da FECAM estará levando esta discussão naquele colegiado.

➔ **Resolução 194 de 10 de julho de 2017 do CONANDA**

Possibilita gastar recursos com investimentos, aquisições de bens permanentes e alugueis pelo FIA, por meio de critérios estabelecidos pelo CMDCA.

Pedir esclarecimento do CEDCA a respeito desta resolução.

➔ **Portaria 113/2015 do MDS**

Possibilita a utilização de recursos para pagamentos de funcionários das equipes de referência (concursados em regime de estatutário, celetista, temporário, comissionado. Conforme NOB RH/SUAS (?))

Janice da FECAM estará encaminhando um e-mail para a Lucilene do MDS solicitando explicações a respeito desta portaria, sendo que a NOB RH/SUAS fala em funcionários concursados e esta portaria abre a possibilidade para temporários e comissionados.

➔ **Regionalização dos Serviços de Média e Alta complexidade**

Levar esta discussão no colegiado estadual de prefeitos.

O COAS Estadual estará encaminhando um ofício para a SST solicitando a regionalização dos serviços.

➔ **Temas que serão abordados no III Seminário Estadual de Acolhimento**

- trabalho Social com as famílias de origem
- guarda subsidiada
- apadrinhamento afetivo
- relatos de experiências sobre o reordenamento dos serviços
- articulação da rede
- regionalização dos serviços
- Metodologia sobre implementação do Serviço de Família Acolhedora
- depoimento de famílias acolhedoras

➔ **Temas que serão abordados no Seminário Estadual de Assistência Social – maio/2018**

- Competências dos entes federados
- Educação permanente no SUAS e os Planos Municipais de Educação Permanente
- Sistema de Justiça
- Vigilância Sócio Assistencial. Apresentação de experiências dos municípios de Lages, Jaraguá do Sul e Joinville
- Plano decenal nacional da Assistência Social
- Gestão e Controle Social do SUAS

➔ **Próxima reunião do COAS Estadual – provavelmente no município de Treze Tílias.**